

Lei nº 571/2007, de 21 de maio de 2007

"Dispõe sobre regulamentação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de ARAGUAPAZ e da outras providencias."

A Câmara Municipal de ARAGUAPAZ, Estado de Goiás, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Fundo Municipal para a Infância e Adolescência, instituído através da Lei nº 25, de 02 de setembro de 1992, passa a vigorar com a denominação de "Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de ARAGUAPAZ" - FDCAMA, regulamentado por esta Lei.

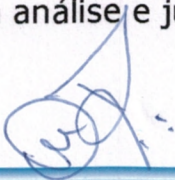
Art. 2º - O FDCAMA é dotado de autonomia contábil, para gestão exclusiva e movimentação dos recursos destinados à criação e manutenção de programas de atendimento específicos voltados à criança e ao adolescente.

§ 1º - O gestor do FDCAMA será a pessoa responsável pela administração financeira dos recursos repassados ao fundo em instituição bancária oficial no Município, em conta bancária com a denominação "PREFEITURA/FDCAMA".

§ 2º - O gestor do FDCAMA será nomeado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, resguardando-se o atendimento de sua publicação oficial.

Art. 3º - As prestações de contas do FDCAMA serão encaminhadas quadrimestralmente ao Tribunal de Contas dos Municípios para análise e julgamento.

Art. 4º - Compõe as receitas do FDCAMA



- I** – Dotações orçamentárias do Executivo Municipal;
- II** – Doações feitas por pessoas físicas incentivadas ou não;
- III** – Doações feitas por pessoas jurídicas incentivadas ou não;
- IV** – multas e penalidades administrativas;
- V** – Transferências do Governo Federal e Estadual;
- VI** – Doações de Governo e Organismos Nacionais e Internacionais;
- VII** – Receitas de Aplicação financeira;
- VIII** – Receitas patrimoniais, se ocorrerem.

Art. 5º - A aplicação dos recursos do FDCAMA será atestada pelo gestor do fundo, mediante assinatura em todos os atos, os quais deverão ser inseridos nas contas mensais e anuais.

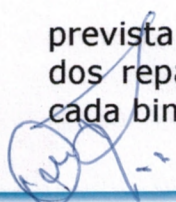
Art. 6º - A deliberação acerca da aplicação, acompanhamento e controle social dos recursos do FSCAMP serão exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Crianças e do Adolescente.

§ 1º - Para cada balancete haverá que ser exarada resolução, atestando ou não, a regular aplicação dos recursos repassados ao FDCAMA, assegurando-se sempre o diligenciamento para elucidação e saneamento de falhas nas contas.

§ 2º - A execução das despesas do FDCAMA se dará nos termos das deliberações estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - Os repasses dos recursos financeiros ao FDCAMA deverão ocorrer conforme o cronograma mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/200.

Art. 7º - As diferenças entre receita e a despesa prevista e as efetivamente realizadas, que resultam no não atendimento dos repasses previstos na Lei Orçamentária Anual, serão apuradas a cada bimestre do exercício financeiro.



Parágrafo Único – No fechamento das contas anuais, apurado deficit no repasse, este será repassado em 60 (sessenta) dias após a comunicação oficial do gestor ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º - constituem despesas típicas do FDCAMA:

- I** – Criação de programa de atendimento;
- II** – Aquisição de instalações e equipamentos necessários à manutenção do programa de atendimento;
- III** – Projetos e pesquisa e estudos da situação de infância e da juventude do Município;
- IV** – Capacitação de recursos humanos;
- V** – Repasse a título de convênio ou consórcio, vedado a utilização no cálculo de critério per capita.

Parágrafo Único – A fim de facilitar o atendimento e diminuir o seu custo o Município é autorizado a associar-se em consórcio de cooperação, com definição específica da atribuição e despesa de cada consorciado, ad referendum do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 9º - Não deverá constituir despesa do FDCAMA as relativas a:

- I** – Pagamento de pessoal;
- II** – Pesquisas não vinculada à área da infância e da juventude;
- III** – Contratação de empresa para prestar consultoria;
- IV** – Manutenção do programa de atendimento criado.

Art. 10º - Fica autorizado à Chefe do Poder Executivo Municipal a incluir no PPA para os exercícios de 2007, 2008 e 2009 o valor de R\$ 15.000,00 anuais para o Fundo Municipal – FMCA e

também abrir um credito especial no orçamento de 2007 no valor total de R\$ 15.000,00 conforme consta abaixo:

Órgão: FMCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

08 - Assistência Social

243-Assistência a Criança e ao Adolescente.

2.150-Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente-FMCA.

2.062- F.M.C.A.

3.3.90.30- Material de Consumo	4.000,00
3.3.90.33 - Despesas com Passagem e locomoção	2.000,00
3.3.90.36 - Outras Desp.de Terceiros - Pés.Fisica	3.000,00
3.3.90.39 - Outras Desp.Terceiros - Pessoa Juridica	3.000,00
4.4.90.51 - Obras e Instalações	1.000,00
4.4.90.52 - Equipamento e Material Permanente	2.000,00
T O T A L	15.000,00

Art. 11 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial os artigos 22 e 23 da Lei nº 25, de 02.09.1992.

Gabinete do Prefeito Municipal de ARAGUAPAZ, 21 de maio de 2007.



JOSE SEGUNDO RESENDE JUNIOR
Prefeito Municipal



ESTADO DE GOIÁS
Câmara Municipal de Araguapaz

Autografo de Lei nº 571/2007

Araguapaz-Go., 21 de Maio de 2007

**"Dispõe sobre regulamentação
do Fundo dos Direitos da Criança
e do Adolescente do Município de
ARAGUAPAZ e da outras
providencias."**

A Câmara Municipal de ARAGUAPAZ, Estado de Goiás,
aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Fundo Municipal para a Infância e Adolescência, instituído através da Lei nº 25, de 02 de setembro de 1992, passa a vigorar com a denominação de "Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de ARAGUAPAZ" - FDCAMA, regulamentado por esta Lei.

Art. 2º - O FDCAMA é dotado de autonomia contábil, para gestão exclusiva e movimentação dos recursos destinados à criação e manutenção de programas de atendimento específicos voltados à criança e ao adolescente.

§ 1º - O gestor do FDCAMA será a pessoa responsável pela administração financeira dos recursos repassados ao fundo em instituição bancária oficial no Município, em conta bancária com a denominação "PREFEITURA/FDCAMA".

§ 2º - O gestor do FDCAMA será nomeado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, resguardando-se o atendimento de sua publicação oficial.

Art. 3º - As prestações de contas do FDCAMA serão encaminhadas quadrimestralmente ao Tribunal de Contas dos Municípios para análise e julgamento.



ESTADO DE GOIÁS
Câmara Municipal de Araguapaz

Art. 4º - Compõe as receitas do FDCAMA:

- I** – Dotações orçamentárias do Executivo Municipal;
- II** – Doações feitas por pessoas físicas incentivadas ou não;
- III** – Doações feitas por pessoas jurídicas incentivadas ou não;
- IV** – multas e penalidades administrativas;
- V** – Transferências do Governo Federal e Estadual;
- VI** – Doações de Governo e Organismos Nacionais e Internacionais;
- VII** – Receitas de Aplicação financeira;
- VIII** – Receitas patrimoniais, se ocorrerem.

Art. 5º - A aplicação dos recursos do FDCAMA será atestada pelo gestor do fundo, mediante assinatura em todos os atos, os quais deverão ser inseridos nas contas mensais e anuais.

Art. 6º - A deliberação acerca da aplicação, acompanhamento e controle social dos recursos do FSCAMP serão exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Crianças e do Adolescente.

§ 1º - Para cada balancete haverá que ser exarada resolução, atestando ou não, a regular aplicação dos recursos repassados ao FDCAMA, assegurando-se sempre o diligenciamento para elucidação e saneamento de falhas nas contas.

§ 2º - A execução das despesas do FDCAMA se dará nos termos das deliberações estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual.

§ 3º - Os repasses dos recursos financeiros ao FDCAMA deverão ocorrer conforme o cronograma mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/200.

Art. 7º - As diferenças entre receita e a despesa prevista e as efetivamente realizadas, que resultam no não atendimento



ESTADO DE GOIÁS
Câmara Municipal de Araguapaz

dos repasses previstos na Lei Orçamentária Anual, serão apuradas a cada bimestre do exercício financeiro.

Parágrafo Único – No fechamento das contas anuais, apurado deficit no repasse, este será repassado em 60 (sessenta) dias após a comunicação oficial do gestor ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º - constituem despesas típicas do FDCAMA:

- I** – Criação de programa de atendimento;
- II** – Aquisição de instalações e equipamentos necessários à manutenção do programa de atendimento;
- III** – Projetos e pesquisa e estudos da situação de infância e da juventude do Município;
- IV** – Capacitação de recursos humanos;
- V** – Repasse a título de convênio ou consórcio, vedado a utilização no cálculo de critério per capita.

Parágrafo Único – A fim de facilitar o atendimento e diminuir o seu custo o Município é autorizado a associar-se em consórcio de cooperação, com definição específica da atribuição e despesa de cada consorciado, ad referendum do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 9º - Não deverá constituir despesa do FDCAMA as relativas a:

- I** – Pagamento de pessoal;
- II** – Pesquisas não vinculada à área da infância e da juventude;
- III** – Contratação de empresa para prestar consultoria;
- IV** – Manutenção do programa de atendimento criado.

Art. 10º - Fica autorizado à Chefe do Poder Executivo Municipal a incluir no PPA para os exercícios de 2007, 2008 e



ESTADO DE GOIÁS
Câmara Municipal de Araguapaz

2009 o valor de R\$ 15.000,00 anuais para o Fundo Municipal – FMCA e também abrir um credito especial no orçamento de 2007 no valor total de R\$ 15.000,00 conforme consta abaixo:

Órgão: FMCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

08 – Assistência Social

243-Assistência a Criança e ao Adolescente.

2.150-Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente-FMCA.

2.062- F.M.C.A.

3.3.90.30- Material de Consumo	4.000,00
3.3.90.33 – Despesas com Passagem e locomoção	2.000,00
3.3.90.36 – Outras Desp.de Terceiros – Pés.Fisica	3.000,00
3.3.90.39 – Outras Desp.Terceiros – Pessoa Juridica	3.000,00
4.4.90.51 – Obras e Instalações	1.000,00
4.4.90.52 – Equipamento e Material Permanente	2.000,00
T O T A L	15.000,00

Art. 11 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial os artigos 22 e 23 da Lei nº 25, de 02.09.1992.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de Araguapaz, aos 21 dias do mês de Maio do ano de 2007.

Maria Helena da Mata
Presidente

Natalia Camelo Pinto
1ª Secretária

Squacio de Souza Leite
2º Secretario